

A URBANIZAÇÃO DOS INDÍGENAS À LUZ DA TEORIA URBANA CRÍTICA: INTERPRETAÇÕES A PARTIR DOS PATAXÓ NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (MINAS GERAIS, BRASIL)¹

MARDEN BARBOSA DE CAMPOS²

UFMG, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-7397-5453>

THIAGO BARBOSA DE CAMPOS³

UFMG, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-6337-9869>

RESUMO: *A presença de indígenas nas cidades tem crescido em todas as regiões do Brasil. Esse fenômeno apresenta uma série de desafios para esses indivíduos, que enfrentam dificuldades para encontrar moradia, acessar serviços básicos e inserirem-se nos mercados de trabalho locais, além de viverem situações de discriminação, violência e privação. Apesar de crescente, a relação entre indígenas e ambientes urbanos ainda passa ao largo dos estudiosos da realidade urbana do país. Acreditamos que os arcabouços analíticos desenvolvidos nas últimas décadas por estudiosos da questão urbana podem contribuir significativamente para uma melhor compreensão do modo como os indígenas ocupam e interagem com os ambientes urbanos. Destacam-se, nesse sentido, as elaborações teórico-metodológicas surgidas no campo da teoria crítica urbana. O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa colaborativa realizada com um grupo de indígenas Pataxó que vive entre as aldeias da Bahia e a Região Metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais), analisando-a à luz da teoria crítica urbana. As evidências mostram o alcance explicativo dessa abordagem e sua adequação para o entendimento do caso em questão.*

PALAVRAS-CHAVE: *Indígenas, cidades, urbanização, Pataxó, RMBH.*

ABSTRACT: *The presence of indigenous people in cities has grown in all regions of Brazil. This phenomenon presents a series of challenges for these individuals, who face difficulties in finding housing, accessing basic services and entering the local labour markets, as well as experiencing situations of discrimination, violence and deprivation. Despite growing, the relationship between indigenous people and urban environments is still neglected by scholars of the urban reality in the country. We believe that the analytical frameworks developed in recent decades by scholars of the urban question can contribute significantly to a better understanding of how indigenous people occupy and interact with urban environments. In this sense, we highlight the theoretical and methodological elaborations that have emerged in the field of critical urban theory. The present article aims at presenting the results of a collaborative research carried out with a group*

¹ Marden Campos contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Processos 313883/2021-1; 402922/2021-2; 402907/2022-1). Thiago Campos contou com apoio via bolsa de pesquisa (doutorado) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

² Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: mardencampos@gmail.com

³ Doutorando no Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: titocampostito@gmail.com

CAMPOS, Marden Barbosa de; CAMPOS, Thiago Barbosa de. A urbanização dos indígenas à luz da teoria urbana crítica: interpretações a partir dos Pataxó na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 420-440, jan./abr. 2023.

of Pataxó indigenous people who live between the villages of Bahia and the Metropolitan Region of Belo Horizonte (Minas Gerais), analyzing it in the light of critical urban theory. The evidence shows the explanatory reach of this approach and its suitability for the understanding of the case in question.

KEYWORDS: *Indigenous people, cities, urbanization, Pataxó, RMBH.*

Introdução

A presença de indígenas nas cidades brasileiras não é, historicamente falando, uma novidade. Apesar disso, ainda causa estranhamento em parte da população, principalmente entre aqueles que residem fora da Região Norte. Mesmo que o fenômeno tenha se tornando cada vez mais presente em todas as regiões do País, os indígenas ainda enfrentam dificuldades para se estabelecer nos contextos urbanos, em grande parte fruto de sua invisibilidade e, conseqüentemente, do despreparo das cidades em acolher essas populações.

A relação entre indígena e cidade também passa por um estranhamento em parte da comunidade acadêmica, notoriamente aqueles situados fora do campo de estudos da antropologia. Nos últimos anos, pesquisadores de outros campos disciplinares como Sociologia, Demografia e Saúde Pública foram atraídos ou intensificaram seus estudos do tema, principalmente após os resultados dos últimos dois censos demográficos realizados pelo IBGE, em 2000 e 2010, mostrarem que um contingente significativo de indígenas residia nas áreas urbanas do país.

Apesar desse interesse crescente, a questão ainda passa ao largo dos estudiosos da questão urbana no país, sendo raros os estudos realizados por geógrafos, urbanistas e planejadores urbanos. Os arcabouços analíticos desenvolvidos nesses campos disciplinares, entretanto, apresentaram elaborações significativas nas últimas décadas que permitem entender a dinâmica espacial dos ambientes citadinos e sua interação com outras porções do território, assim como compreender os modos de apropriação e as relações das populações com os locais que habitam e por onde circulam. Destacam-se, nesse sentido, as elaborações teórico-metodológicas surgidas no campo da teoria crítica urbana.

O presente artigo parte do pressuposto de que o arcabouço analítico da teoria urbana crítica pode contribuir para o entendimento da relação dos indígenas com as cidades no Brasil. O objetivo central do artigo é apresentar os resultados de uma pesquisa colaborativa realizada com um grupo de Pataxó que vive entre as aldeias da Bahia e a Região Metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais), analisando-a à luz da teoria crítica urbana.

Urbanização das populações indígenas

A presença dos indígenas nas cidades de todo mundo vem ganhando destaque recentemente, devido tanto ao crescimento do fenômeno propriamente dito quanto ao interesse crescente por parte de pesquisadores de diversos países (UN HABITAT, 2010; MCSWEENEY e JOKISCH, 2015).

A migração para as cidades tem sido relacionada, principalmente, ao aumento de pressões exercidas sobre os territórios tradicionais dos indígenas (PELUSO, 2015). Ao mesmo tempo, sua inserção nos ambientes urbanos tem sido tratada como um processo problemático e difícil.

Em muitos casos, a ida para as cidades amplifica a vulnerabilidade dos indígenas em termos de condições de saúde, moradia, violência e dificuldades de subsistência (PADOCH, BRONDIZIO, *et al.*, 2008; TRUJANO, 2008; CIELO e DURAN, 2012; SANTOS, BORGES *et al.*, 2020). No caso latinoamericano, grande parte dos indígenas habitam favelas ou periferias pobres, vivendo em locais densamente povoados, com acesso precário, saneamento inadequado e sob ameaças de violência e discriminação (TRUJANO, 2008; CAMPOS, CORDEIRO *et al.*, 2019). No caso das regiões andinas, por exemplo, Cielo e Duran (2013) têm descrito a “periurbanização” das populações indígenas que vivem nas grandes cidades na Bolívia, processo articulado à sua inserção precária no mercado de trabalho local.

As dificuldades de inserção dos indígenas nas cidades fazem com que algumas dessas populações adotem um padrão espacial “multilocal”, que envolve constantes deslocamentos entre cidades, zonas rurais e terras tradicionais. Tais estratégias de ocupação do espaço configuram o que alguns estudiosos têm chamado de “espaços híbridos” de sobrevivência indígena (ALEXIADES e PELUSO, 2015).

O interesse dos estudiosos sobre as condições de vida dos indígenas que vivem nas cidades brasileiras também tem crescido nos últimos anos (BRASIL, TEIXEIRA e MAINBOURG, 2009; HORTA, 2017; CAMPOS e DAMASCENO, 2019), embora a quantidade de estudos sobre os que habitam as áreas rurais ainda seja relativamente bem maior (NUNES, 2010). Esse aumento do interesse pelo tema, principalmente por não-antropólogos, decorre em grande parte dos resultados dos últimos censos demográficos nacionais, que mostraram que um número significativo de indígenas vive nas áreas urbanas do País. Desde a reinserção da categoria indígena como opção de resposta dos quesitos de cor ou raça dos censos, em 1991, seus dados tornaram-se uma importante fonte de informação sobre o tema, principalmente sobre aqueles que habitam as cidades. Segundo o Censo de 2010, por exemplo, 315 mil indivíduos foram declarados como indígenas nas cidades do Brasil, o equivalente à 39% dos mais de 800 mil indígenas captados pela pesquisa (CAMPOS e ESTANISLAU, 2016; WONG, 2016).

A compreensão e o entendimento desse fenômeno obrigam-nos a regressar algumas décadas, destacando os estudos realizados por Roberto Cardoso de Oliveira sobre a presença dos índios Terena nas cidades no Estado do Mato Grosso na década de 1960 (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968). Nesses trabalhos o autor apresenta uma perspectiva original, em dissonância com as teorias da aculturação vigentes no período, afirmando que a ida dos indígenas para as cidades não implicaria sua dissolução cultural, mas sim uma reprodução e adaptação do “tribalismo” a um novo contexto. Segundo defendia, os indígenas estavam integrando-se à sociedade nacional sem serem, contudo, completamente assimilados por ela. Nesse processo, haveria a mescla entre os costumes dos indígenas e a necessidade de se inserir no ambiente urbano, a partir de práticas cotidianas típicas do ambiente social citadino.

Diversos estudos foram realizados sobre o tema desde então. Estudos recentes, partindo de diferentes abordagens interpretativas, têm

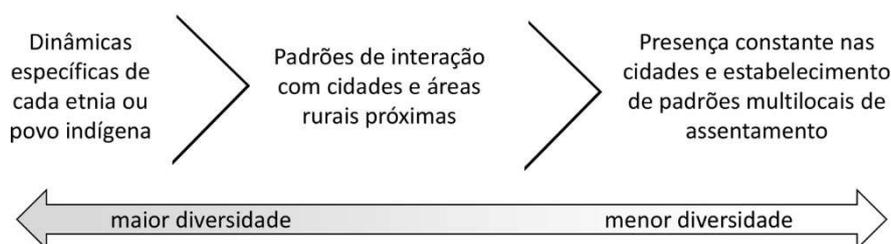
destacado a ocorrência de processos semelhantes aos pontuados pela literatura internacional.

Um dos aspectos importantes mostrados nesses estudos refere-se à intensa mobilidade espacial apresentada por populações indígenas que transitam pelas cidades brasileiras. Em linha com o que tem sido destacado pela literatura latino-americana, pesquisas destacam a alta mobilidade dos indígenas tanto no contexto amazônico (FERRI, 1990; HORTA, 2017; SERTÃ, 2022) como em outras regiões do país (ESTANISLAU, 2014; ARRUTI, 2019; CAMPOS e DE CAMPOS, 2022). Alguns estudos destacam também a intensa circulação interna às cidades por grupos de indígenas (FERRI, 1990; MAGNANI, 2002).

Os padrões de ocupação e circulação entre cidades, zonas rurais e terras tradicionais têm levado, também no Brasil, à criação de categorias analíticas como “culturas em movimento” (ARRUTI, 2019) ou “espacialidades fluidas” (SERTÃ, 2022) dos povos indígenas.

É importante ter em mente que a construção de abordagens sintéticas ou gerais sobre o tema deve incorporar a complexidade do fenômeno. Oliveira Filho (1996) destaca, por exemplo, que são comuns entre muitas sociedades indígenas as saídas temporárias das Reservas, a migração de trabalhadores temporários para lavouras, a curiosidade de conhecer outros lugares, além do espírito de aventura, que muitas vezes faz parte do processo de amadurecimento de muitos indígenas. Segundo afirma, não é da natureza das sociedades indígenas estabelecer limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade e, por isso, a ida para as cidades não é um fenômeno exótico ou estranho para alguns povos. É preciso, nesse sentido, evitar os perigos das simplificações dos arcabouços interpretativos desenvolvidos sobre o tema.

Grande parte dos estudos desenvolvidos sobre o tema no Brasil dedicam-se a uma única etnia ou a um contexto espacial específico, sendo raros aqueles que buscam analisar a presença indígena nas cidades sobre uma perspectiva ampla. Embora haja trabalhos que, utilizando dados estatísticos, tentem tratar do tema em termos agregados (CAMPOS e ESTANISLAU, 2016; CAMPOS e DAMASCENO, 2019), desconhecem-se esforços que busquem discutir os processos e mecanismos que fazem com que diferentes povos indígenas, com características ou dinâmicas sociais específicas e que vivem em contextos espaciais totalmente diversos, apresentem, quando analisados em uma perspectiva mais ampla, padrões de deslocamento e ocupação espacial muito parecidos, como o aumento da interação com as cidades e o estabelecimento de padrões multilocais de assentamento espacial, conforme sintetizado no diagrama abaixo:

Figura 1 – Dinâmicas espaciais da relação entre indígenas e cidades

Fonte: Elaboração própria.

No presente ensaio buscamos trazer à luz uma perspectiva analítica que pode nos ajudar a compreender a manifestação do fenômeno em escala nacional, sem prejuízo para o entendimento das idiosincrasias identificadas em contextos locais, respeitando as especificidades de cada povo ou situação de contato.

As teses da urbanização completa da sociedade e a relação dos indígenas com as cidades

A tese da completa urbanização da sociedade forma a base do paradigma denominado teoria urbana crítica, cujos trabalhos atualmente giram em torno dos conceitos de “urbanização extensiva” (MONTE-MÓR, 2006) e “urbanização planetária” (BRENNER e SMITH, 2015). Essa perspectiva analítica tem como origem os trabalhos de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1999). Esse autor foi quem primeiro postulou a referida tese – vista ainda como possibilidade virtual na época de seus escritos – de surgimento de uma sociedade urbana, produto da era industrial que predominou nos primeiros séculos da expansão do modo de produção capitalista. Nela, todo o planeta estaria englobado por uma malha ou tecido (*tissue*) urbano ininterrupto, expressão ou manifestação da dominância da cidade, *locus* original do modo de vida urbano, sobre o campo.

Sua expansão, segundo Lefebvre (1999), configurara-se a partir de dinâmicas – momentos – de explosão e implosão. A rede urbana tenderia a se espalhar por todo o planeta, através da justaposição diferenciada de processos com níveis de alcance e intensidade distintos.

O momento da explosão seria representado por uma completa reconfiguração do *hinterlândia*, a região afastada de áreas urbanas ou metropolitanas. Essas áreas seriam completamente operacionalizadas e passariam a funcionar como apêndice dos centros de comando e concentração, invariavelmente localizados nas cidades. O processo solidifica-se no momento em que práticas urbanas, instituições, infraestruturas e ambientes construídos projetam-se sobre o não-urbano, conectando as economias locais aos fluxos globais de matérias-primas, trabalho e capital (BRENNER, 2013). Uma casa de campo, um escritório em home office na floresta, um centro de distribuição, as estruturas de transporte, comunicação, os sistemas agroindustriais, as zonas turísticas, minas ou usinas, dentre outros, são todos exemplos concretos do

processo. Além disso, conforme pontua Monte-Mor (2006), a extensão do tecido urbano decorre, e é acompanhada, do transbordamento do aparato do Estado, sua legislação, as redes de comunicações e serviços urbanos e sociais por todo o espaço planetário.

Ao mesmo tempo, o momento da implosão seria representado pelo aumento da concentração de processos decisórios, da densidade populacional nas cidades, do êxodo rural, da intensificação da especulação imobiliária e da centralização das cadeias de decisão e controle.

Como resultado das dinâmicas de implosão e explosão do espaço urbano, importantes transformações socioambientais em zonas que não estavam ligadas às cidades passam, através de circuitos de agronegócios, áreas extrativas, redes de infraestruturas, oleodutos subterrâneos e órbitas de satélites, dentre outros aspectos, a subordinarem-se aos ritmos de controle e influência ditados pelas centralidades presentes nas aglomerações. Conforme exemplificam Amin e Thrift:

A cidade está em toda parte e em todas as coisas. Se o mundo urbanizado agora é uma cadeia de áreas metropolitanas ligadas por corredores de comunicação (aeroportos e vias aéreas, estações e ferrovias, estacionamentos e autoestradas, teleportos e rodovias de informação), então o que não é urbano? É a cidade, a vila, o campo? Talvez, mas apenas de forma limitada. As pegadas da cidade estão por todos esses lugares, na forma de viajantes da cidade, turistas, teletrabalho, mídia e urbanização dos estilos de vida. A divisão tradicional entre a cidade e o campo tem sido cada vez mais perfurada. (AMIN e THRIFT, 2002, p. 1)

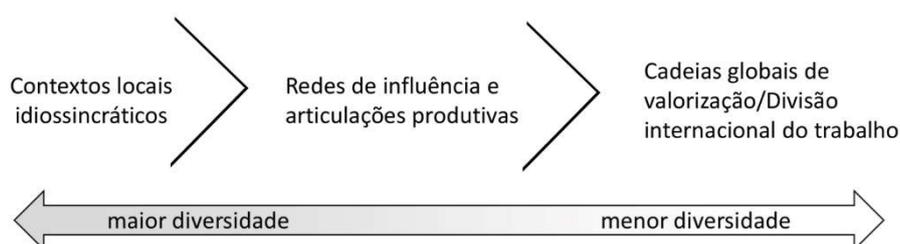
No caso brasileiro, isso se dá com maior intensidade a partir dos anos setenta, quando a urbanização se estende virtualmente a todo território nacional, integrando os diversos espaços regionais à lógica urbano-industrial. A expansão do tecido urbano teria partido, conforme Monte-Mor (2006), das regiões metropolitanas e carregado com ele a “práxis urbana” para os rincões do país. Esse processo articulou os centros industriais às regiões fontes de matérias-primas, levando, além da infraestrutura de transportes, energia e comunicações, o “sentido” de modernidade e cidadania a cada rincão.

A completa urbanização da sociedade aniquilaria, do ponto de vista analítico, toda possibilidade de estabelecer uma diferenciação clara entre a cidade e o campo. Concomitantemente, desautorizaria a atribuição de qualquer tipo de conteúdo ou essência a tipos determinados de localidades. A diversidade dos locais, sua posição no tempo (história) e espaço (geografia) seriam não apenas preservados, mas intensificados a partir das formas peculiares de inserção na rede urbana global. Não haveria mais um tipo de cidade e nem uma fronteira entre ela e a não-cidade, mas sim uma miríade de pontos peculiares articulados em uma trama planetária em constante transformação.

Nesse sentido, os autores que trabalham sob essa perspectiva vêm propalando o fim do pensamento espacial a partir contrastes (BRENNER e SMITH, 2015; BRENNER, 2013). Não seria mais possível falar de um “exterior” ou de um “lado de fora” da cidade. Ficaria desautorizado pensar a cidade em geral como “container” ou algo que carregasse um conteúdo compartilhado por formas espaciais aparentemente semelhantes. Preocupações com tipologias de assentamentos (essências nominais) seriam substituídas pela análise dos processos socioespaciais (essências constitutivas).

Conforme sintetizado na Figura 2, os contextos locais específicos preservam suas especificidades ao mesmo tempo que se articulam a redes espaciais regionais, representadas pelas zonas de influência dos processos de decisão e produção originados nas aglomerações urbanas. Tais redes se articulam ao tecido urbano planetário, constantemente reconfigurado pelas cadeias globais de valorização e ao processo de divisão internacional do trabalho.

Figura 2 – Dinâmica de articulação das cidades com o processo de urbanização extensiva.



Fonte: Elaboração própria

Os desdobramentos da perspectiva defendida pela tese da completa urbanização da sociedade são complexos, fragmentados e multifacetados. Eles tenderiam a redesenhar o tecido urbano planetário de forma estratificada, atingindo-o cada local conforme tanto às suas características peculiares como ao modo peculiar com que cada localidade é englobada pelo tecido urbano mais amplo. Conforme pontua Brenner (2013), sob essa perspectiva as geografias do capitalismo estariam tornando-se cada vez mais diversificadas, criando um espaço crescentemente heterogêneo e variegado. Em termos interpretativos, tal fato exigiria o desenvolvimento de um novo léxico da diferenciação espacial do planeta.

No que tange às populações indígenas, sua incorporação à trama urbana global tende, grande parte das vezes, a se dar de maneira desfavorável e precarizada, conforme postulado pela literatura apresentada na seção anterior. Partindo do pressuposto de que o processo de urbanização ocorre de forma desigual e compartimentada, defendemos a perspectiva de que os indígenas são incorporados nos estratos sociais inferiores à sociedade urbana. Isso ocorre através do que podemos denominar de processo de “favelização” dessas comunidades, conforme discutido a seguir.

Favelização planetária ou pulverização da pobreza

Inseridos na perspectiva da teoria urbana crítica, Soja e Kanai (2015) discutem as facetas do processo de diferenciação espacial observado nas últimas décadas. Os autores defendem a ideia de que estaríamos vivendo um período caracterizado pela “explosão” planetária da pobreza, fenômeno que atinge áreas que anteriormente estariam imunes aos problemas “internos” às grandes cidades. Segundo os autores, isso decorre da ampliação do alcance das forças de mercado e da adoção de políticas neoliberais de governança por quase todos os países do mundo.

Em sua apresentação, Soja e Kanai (2015) fazem alusão às ideias de Mike Davis, em seu livro “planeta favela”, para caracterizar, dentro do processo de urbanização, o que poderíamos denominar de “favelização planetária”.

É importante entender o argumento central de *Planeta Favela* (DAVIS, 2006) para melhor caracterizar o processo de diferenciação socioespacial que emerge das teses da urbanização planetária. Embora o autor não esteja estritamente alinhado com essa abordagem teórica, Davis (2006) descreve os mecanismos de produção em massa de moradias precárias observados desde a década de 1960 e que, ao adquirir alcance global, forma cidades instáveis e radicalmente apartadas internamente em todo o mundo. Sua perspectiva, contudo, ainda trata o território como sendo dividido em áreas rurais e urbanas e, internamente a essas últimas áreas, entre favelas e não-favelas.

Se articuladas às perspectivas da urbanização planetária, entretanto, a perspectiva da favelização pode adquirir elevado alcance explicativo. A chave para realizar essa mescla interpretativa é pensar que não apenas as cidades (conteúdos) apresentam-se concretamente como ambientes diferenciados e fragmentados, mas que a urbanização da sociedade (processo) reflete e engloba sob essa mesma lógica estratificante todas as áreas que atinge. A diferenciação proposta entre as categorias “favela” e “favelização” é a mesma que, no seio da teoria crítica urbana, interpõe-se entre os conceitos de “cidade” e “urbanização”. Se a cidade é forma particular do processo de urbanização, a favela é forma e expressão do processo de favelização.

É importante destacar que não estamos tratando das favelas como um contêiner espacial específico e nem como local onde habita um tipo de habitante com características bem definidas. O termo aqui é utilizado como tropo para designar qualquer tipo de espaço onde se manifesta uma condição de ausência relativa ou precariedade, segundo o ponto de vista urbano ou “da cidade”. O que nos interessa, ao criar esse estereótipo ou tipo categorial, é associá-lo a um processo que pode se manifestar em locais externos àqueles tradicionalmente reconhecidos como favelas, incluindo aqueles que podem estar localizados fora do ambiente das cidades. Ao mesmo tempo, tal processo pode não se manifestar, em termos concretos, no interior das próprias favelas, à medida em que pode haver – e de fato há – ausência das condições de precariedade no interior de muitas favelas. O argumento central de nossa perspectiva é que,

espaços que antes eram regidos por lógicas socioespaciais distintas daquelas presentes na sociedade urbana, ao serem englobados por ela, passam a estar subordinados, tanto na prática como na teoria, a uma lógica diferenciadora que os impõe uma condição de precariedade. Esse processo, conforme se quer defender, é e foi experimentado por diversos grupos populacionais, entre eles os indígenas. Para além de uma definição precisa de condições locais de existência e sua adequação ou não ao que conceitualmente – ou mitologicamente (VALLADARES, 2005) – é entendido como “favela”, nosso foco dirige-se para o processo de “favelização extensiva” que, similarmente ao que postula Lefebvre (1999), ocorre quando o mundo urbano promove a corrosão dos remanescentes da vida agrária ou rural.

Ao alcançar as terras indígenas, estendendo até elas o tecido urbano, esse processo insere suas populações nos estratos mais baixos da hierarquia social. O mundo urbano, na medida que impõe aos indígenas sua lógica de estado, suas instituições e modos de subsistência, transforma-os em pobres e os insere nos estratos inferiores da sociedade.

A partir da produção global da precariedade e da pulverização da pobreza por todo o planeta, a “favela” chega aos indígenas antes deles chegarem, literalmente, às favelas das grandes cidades. Não por acaso habitam esses lugares, uma vez que o lugar e o local ocupados por um agente no espaço físico espelham, conforme Bourdieu (2013 [1991]), sua posição no espaço social.

Estudo de caso: a favelização dos Pataxó e a busca pela sobrevivência urbana

As evidências discutidas no presente artigo foram obtidas ao longo de seis anos de pesquisa colaborativa realizada com um grupo indígena Pataxó que vive entre as aldeias na Bahia e a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O envolvimento dos pesquisadores com esse grupo teve início em encontros realizados por lideranças Pataxó residentes em Belo Horizonte, quando buscavam iniciar um processo de “retomada” e fundar uma aldeia indígena na RMBH. Esse movimento, posteriormente, culminou na criação da Aldeia Naô Xohã no município de São Joaquim de Bicas, localizado a 53 quilômetros do centro de Belo Horizonte (DE CAMPOS, 2019).

Embora a fundação da aldeia tenha sido realizada por indígenas de diversas etnias, ela hoje abriga apenas indivíduos pertencentes aos povos Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe. Segundo relatam, o local foi escolhido após uma liderança Pataxó Hã-Hã-Hãe tomar conhecimento da existência de um terreno com mata preservada na margem esquerda do Rio Paraopeba, contíguo a um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no município de São Joaquim de Bicas.

Os primeiros indígenas foram para lá em outubro de 2017, naquele tempo apenas acampando no terreno. Daí em diante passaram a manter presença constante no local, deslocando-se continuamente entre a cidade

e a aldeia e criando condições iniciais para permanência definitiva no local. Durante os primeiros meses, poucas famílias conseguiram permanecer na aldeia de forma contínua. Os abrigos não ofereciam proteção satisfatória, principalmente no período chuvoso, sendo difícil obter água e alimentos. As primeiras ocas foram construídas com materiais disponíveis na mata e produtos doados.

Nossas primeiras atividades com os indígenas visavam auxiliá-los a ganhar visibilidade entre os moradores da região, ajudar no mapeamento do terreno, além de apoiá-los em demandas junto à prefeitura do município. Também participamos da articulação de campanhas de arrecadação de recursos e materiais para melhorar suas condições de vida. No transcurso dessas atividades fizemos visitas frequentes à aldeia, auxiliamos na documentação do processo de retomada e na produção de material audiovisual para a comunidade. Além disso, ao longo do tempo de convivência com o grupo, realizamos entrevistas com membros da comunidade e lideranças, com vistas a compreender a história de vida da comunidade e entender suas formas de ocupação espacial e relação com a população da RMBH.

Essas entrevistas compuseram, junto com observações de campo, as bases de dados sobre as quais construímos nossas análises. Vale ressaltar que membros da comunidade tiveram participação ativa na pesquisa, principalmente os que tinham vínculos com instituições de ensino. Isso foi importante para que eles se apropriassem das informações produzidas sobre a comunidade, além de funcionar como um modo de subsistência para os que puderam se inserir como bolsistas remunerados dos projetos.

Os dados aqui discutidos tiveram origem, principalmente, nos resultados de entrevistas semiestruturadas com líderes indígenas e residentes na Aldeia. Buscando alinhar nossa perspectiva com a noção de soberania de dados (KUTUTAI e TAYLOR, 2019), as transcrições das entrevistas foram devolvidas à comunidade. Além disso, seus resultados foram discutidos com membros da aldeia, na busca de adequar as informações produzidas e conferir validade ao processo analítico (CARETTA, 2015; CHO e TRENT, 2006; ADU, 2019).

O material produzido foi gravado, transcrito e, posteriormente, passou por um tratamento analítico baseado num processo de codificação em dois ciclos (SALDAÑA, 2013; CHARMAZ, 2014). Esse procedimento favoreceu a sistematização dos resultados e a possibilidade de identificação de padrões entre as respostas de diferentes entrevistados (MILES, HUBERMAN e SALDAÑA, 2014). Com isso, foi possível organizar os padrões de respostas em eixos-temáticos, os quais passamos a apresentar em seguida.

O primeiro eixo-temático que emergiu da pesquisa foi classificado em termos das referências territoriais e dos modos de deslocamento espacial e ocupação do território descritos pelos membros desse grupo indígena. Três localidades-chave foram destacadas pelos indígenas como articuladoras de sua territorialização atual: as aldeias de origem, pertencentes às terras Indígenas no sul da Bahia; os bairros do município de Belo Horizonte; e a Aldeia Naô-Xohã. Os membros do grupo transitam

por essas localidades com regularidade, às vezes de forma permanente, quase sempre de modo temporário. Esses deslocamentos ocorreram tanto antes como após terem fixado sua residência em algum dos pontos citados, configurando um modo de vida estruturado sobre uma rede espacial composta por uma multiplicidade de pontos territoriais.

Dentro do município de Belo Horizonte foram destacados dois tipos de lugares centrais que estruturavam sua dinâmica de mobilidade e migração. O primeiro deles são seus pontos de moradia, localizados em favelas ou bairros periféricos do município, com destaque para o Bairro Jardim Vitória, às margens da BR-381. Segundo relatam, o local abriga uma comunidade Pataxó, composta por moradores de longa data assim como por recém-chegados da Bahia. Além desses locais de moradia, os indígenas destacaram a maior feira de artesanato do município, a Feira Hippy, realizada aos domingos, como um local central para a venda de artesanato Pataxó. A Praça Sete de Setembro, no centro da capital, é outro ponto onde expõem permanentemente seu artesanato, para onde se dirigem muitos membros do grupo indígena, acompanhando o elevado trânsito de pedestres e as boas condições de venda de seus produtos. Não são poucas, entretanto, as dificuldades que enfrentam para conseguir se estabelecer nesses locais. Suas respostas indicam que algumas vezes são impedidos por fiscais municipais de realizar a comercialização, tendo inclusive sido vítimas de violência física, com seus produtos danificados. A resposta de um entrevistado resume o problema, quando ele nos conta como se deu a chegada de um fiscal, parafraseando-o: *“ei índio, pode tirar que aqui não é aldeia não. Tira seu artesanato senão eu vou levar”*.

O segundo eixo-temático destacado nas entrevistas foram os aspectos considerados como “elementos dinamizadores” dos movimentos espaciais dos indígenas. Nessa categoria foram englobados os aspectos destacados pelos entrevistados em termos de motivações e desejos que os levavam a se mudarem para os locais citados ou para permanecerem em constante trânsito entre essas localidades.

No caso da saída das aldeias da Bahia, os indígenas relatam ter sofrido diversos tipos de pressões econômicas e populacionais na região, motivando-os a buscar outros locais para viver. A elevada densidade populacional e as dificuldades de garantir a sobrevivência econômica dos indígenas foram os dois principais motivos descritos por eles como razões da saída das aldeias em busca de outros locais para viver.

Em primeiro lugar, surge a questão da comercialização do artesanato para não-indígenas, em sua maioria turistas, que há algumas décadas é tida como a principal atividade econômica dos Pataxó nas aldeias da Bahia (SAMPAIO, 2000; CUNHA, 2012). Segundo os relatos do grupo, com o passar dos anos, houve uma intensificação da concorrência entre os indígenas na venda de artesanato, diminuindo as possibilidades de subsistência na região, mesmo em face do aumento da atividade turística. Além disso, a alta sazonalidade da temporada de turismo limita as possibilidades de suporte financeiro para muitas famílias, que não encontram outras formas de sobreviver na região.

Segundo relata um dos entrevistados, ao se depararem com um grupo de turistas na Bahia: *“todo mundo ia pra poder vender a mesma coisa, então não tinha um lucro pra manter os familiares”*. Essa foi a justificativa dada pelo informante para tentar vender o artesanato em outros lugares do Brasil. Conforme relata: *“muitas famílias da nossa aldeia tomam essa atitude de sair pelo Brasil vendendo artesanato, expondo o seu trabalho, apresentando a cultura”*.

Outro tipo de pressão sofrida pelos indígenas nas aldeias da Bahia é o aumento da violência local, em grande parte ligada a ampliação do tráfico de drogas na região em paralelo com a atividade turística, como tem sido destacado pelos próprios estudiosos Pataxó (SANTOS, 2018; SOUZA, 2018)

O deslocamento para algumas cidades para a venda de artesanato foi recorrentemente apontado como estratégia de sobrevivência do grupo entrevistado, principalmente para grandes metrópoles nacionais como Brasília, São Paulo e Belo Horizonte. Isso ocorre, segundo eles, devido ao fato de haver um grande número de compradores nesses locais durante todo ano, não dependendo da temporada de verão, como ocorre nas aldeias da Bahia.

Nesse processo, a presença anterior de alguns Pataxó residindo em Belo Horizonte atuou como elemento direcionador do fluxo migratório desse grupo de indígenas para a RMBH, sendo categorizada como “redes familiares” em nosso modelo analítico. Essa rede atuou a partir do oferecimento de moradia inicial no município de Belo Horizonte – geralmente em zonas periféricas– e por ofertas de trabalho ou indicação de emprego em alguma atividade no município.

Além da comercialização do artesanato, foram recorrentes as referências ao trabalho em ocupações informais em diferentes ramos de atividade ao longo de sua permanência na RMBH. As principais possibilidades de trabalho citadas para os homens foram o trabalho na construção civil e nos setores de comércio e serviços. No setor de comércio, relataram terem trabalhado em restaurantes como petisqueiros e pizzaiolos. Embora a referência à atividade de pedreiro tenha surgido algumas vezes nos relatos, foi dada maior ênfase ao trabalho como ajudante de pedreiro, assim como ajudante de carpinteiro. Alguns membros do grupo migraram para Belo Horizonte durante as obras de reforma do Mineirão, principal estádio de futebol do município, em decorrência da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2014. Outra atividade a que se referiram foi a de jardinagem em hotéis da região ou no Museu Inhotim, museu de arte contemporânea localizado no município de Brumadinho, RMBH, cuja ênfase foi dada à ocupação de ajudante de jardineiro.

Com relação às mulheres, a principal ocupação foi o serviço de faxina. Ao ser perguntado sobre seu trabalho e de sua companheira nos primeiros dias de chegada à RMBH, um informante relatou: *“aí eu comecei a fazer uns bicos, saía de casa cedo, chegava à noite. Ela começou a fazer faxina para ajudar a renda de casa”*.

Apesar da atração exercida pela capital, principalmente devido às maiores oportunidades de emprego, os indígenas reclamaram

recorrentemente do elevado custo de vida na cidade, principalmente dos valores de alugueis. Também há relatos sobre as condições inadequadas de moradia, o espaço reduzido das residências, e a discriminação e violência sofrida no entorno das moradias. Foram recorrentes os relatos de aglomerações nas residências, com muitos moradores dividindo pequenos espaços, além de condições inadequadas para a sobrevivência das crianças.

A fundação da aldeia Naô Xohã surgiu como uma nova possibilidade desse grupo de indígenas permanecer vivendo na RMBH. Na aldeia, poderiam viver em um local sossegado, em meio a natureza, perto do rio, aspectos bastante valorizados pelos entrevistados. Livraram-se também dos pagamentos dos aluguéis e das péssimas condições de habitação e insegurança em que viviam no Jardim Vitória.

Por outro lado, a falta de estrutura de saneamento, ausência de serviços de educação e saúde e dificuldades de abastecimento na aldeia recém-inaugurada, fez com os indígenas seguissem deslocando-se continuamente para os municípios do entorno e, principalmente, retornando ao município de Belo Horizonte. Mesmo entre os que moravam na Aldeia, a comercialização de artesanato na região central da capital permaneceu como principal meio de subsistência.

O plano inicial dos indígenas era transformar a Aldeia em um centro de referência da cultura indígena na RMBH, recebendo turistas e vendendo artesanato no próprio local, o que evitaria a necessidade de se deslocarem para outros municípios da região.

Porém, um acontecimento repentino mudou completamente os planos da comunidade e alterou o curso de vida da Naô Xohã. Em 25 de janeiro de 2019 houve o rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, localizada em Brumadinho (MG), poucos quilômetros rio acima do local onde foi estabelecida a Aldeia. Poucas horas após o rompimento da barragem, o grande volume de lama de rejeito de minério também atingiu o rio Paraopeba, tornando-o impróprio para qualquer tipo de uso, causando uma imensa devastação ambiental e impactando diretamente o futuro da Naô Xohã.

Inicialmente, muitos moradores da aldeia mudaram novamente para Belo Horizonte, e alguns deles voltaram para a Bahia por não conseguirem se reestabelecer na capital. Houve a quebra da rotina da Aldeia, com interrupção da realização de rituais, impossibilidade de uso do rio, de plantação de hortaliças e interrupção do acesso de visitantes à aldeia.

Os projetos da comunidade foram interrompidos. Além disso, os indígenas passaram a receber auxílio financeiro da Vale S.A., mineradora responsável pela barragem, o que, segundo eles, alterou completamente a dinâmica social do local. Novos tipos de conflito surgiram na Aldeia, tanto internos como externos.

Os conflitos em torno do rompimento da barragem seguem ocupando o cotidiano da Aldeia, assim com segue indefinido o futuro de seus moradores, que continuam se deslocando entre o local, o município da capital e as aldeias da Bahia, em busca de condições adequadas de sobrevivência e preservação de suas tradições.

Discussão: a inserção dos Pataxó na RMBH à luz da teoria urbana crítica

O aumento da migração dos indígenas para as cidades é um fenômeno que vem despertando interesse de pesquisadores em todo o mundo. Dentre suas várias facetas, merecem destaque as dificuldades enfrentadas pelos indígenas no ambiente citadino e a consequente inserção precária dos mesmos nesses locais.

Muitas etnias, tanto do Brasil como em outros países, têm adotado como estratégia de sobrevivência a formação de padrões multilocais de ocupação do espaço, com constantes idas e vindas entre cidades e terras tradicionais. Esse fenômeno tem sido observado mesmo tendo em conta as especificidades de cada contexto espacial em que vivem os indígenas, assim como as diferenças culturais observadas entre elas.

No presente artigo, partimos do pressuposto de que o arcabouço da teoria crítica urbana, ancorado na tese da completa urbanização da sociedade, ajuda a compreender a formação de padrões de territorialização e ocupação espacial exibidos por diversos grupos indígenas que vivem ou que circulam pelas cidades brasileiras, na medida em que descreve as especificidades do processo de urbanização experimentado por todas essas populações.

O pressuposto central da teoria urbana crítica pode ser articulado com base na sobreposição de fenômenos que ocorrem em múltiplas escalas, conforme ilustrado na Tabela 1. Mantêm as especificidades ou idiossincrasias de cada contexto local, ditadas por sua localização espaço temporal, ao mesmo tempo que enxergam sua inserção em redes de localidades articuladas a cadeias produtivas e zonas de influências múltiplas. Em conjunto, essas redes inserem-se nas cadeias globais de valorização e divisão do trabalho que caracterizam a sociedade urbana contemporânea.

Ao ser englobado pelo processo de urbanização, um contingente significativo de indígenas é levado a se deslocar para as cidades, estabelecendo padrões de territorialização que conectam esses espaços às suas terras tradicionais. Esse processo articula redes de interação entre as terras indígenas, redes de cidades, e áreas rurais próximas às Reservas, num processo que é, ao mesmo tempo, ditado pela urbanização dessas populações como pelas dinâmicas de assentamento e mobilidade espacial específicas de cada povo, etnia e contexto local.

Tabela 1 – Articulação das dinâmicas multiescalares de urbanização de populações indígenas e cidades

Escala	Cidades	Indígenas	Diversificação
Global	Inserção em cadeias globais de valorização e no processo de divisão internacional do trabalho	Presença constante nas cidades e estabelecimento de padrões multilocais de assentamento	Baixa

Regional	Formação de redes de influência e articulações produtivas amplas	Deslocamentos e interação com cidades e áreas rurais próximas	Média
Local	Contextos idiossincráticos, ditados pela posição espaço-temporal de cada localidade	Dinâmicas de assentamento e mobilidade espacial específicas de cada etnia ou povo indígena	Alta

Fonte: Elaboração própria

O processo de urbanização da sociedade tem como característica ocorrer de forma variegada, atingindo cada contexto espacial de forma particular, articulando-o diferencialmente a rede urbana global. No caso das populações indígenas, estas têm sido inseridas na sociedade urbana a partir de seus estratos inferiores, a elas sendo impostas uma série de carências e deficiências aqui denominadas como um processo de “favelização” dessas populações.

No estudo de caso em questão, representado pela inserção de um grupo de indígenas Pataxó na RMBH, observamos que a urbanização atingiu primeiramente o ambiente das terras indígenas dessa etnia, no sul do Estado da Bahia, através da chegada a esses locais das cadeias do turismo global, assim como dos circuitos de consumo e tráfico de drogas. Esses processos exerceram pressões sobre indivíduos que migraram para a RMBH, onde se inseriram, inicialmente, a partir de aluguéis nas favelas e regiões periféricas do município, enfrentando pressões de diversas ordens. Alguns indígenas precisaram se inserir no mercado de trabalho – geralmente em ocupações precárias – tanto nos ramos de serviços e comércios como na construção civil e no ramo de turismo. Setores esses que, na época de sua chegada à região, eram dinamizados por cadeias globais de turismo e esporte, relacionadas à realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014. Como alternativa de subsistência no local, os indígenas fundaram a Aldeia Naô Xohã, onde buscavam reestabelecer seu modo de vida, nos moldes do que haviam experimentado nas aldeias de origem, livrando-se das pressões sofridas no ambiente na capital. O rompimento da barragem de uma mineradora próxima ao local da Aldeia (desta vez a cadeia global de mineração) redefiniu o futuro da aldeia e manteve os indígenas em uma situação de incerteza quanto às possibilidades de sobrevivência no local.

Apesar de sua história peculiar, a inserção desse grupo de indígenas em uma região metropolitana no Brasil guarda semelhanças com o que muitas populações têm vivenciado quando passam a ocupar os ambientes das cidades. Os arcabouços analíticos dos estudos espaciais, nomeadamente da teoria crítica urbana contemporânea, ajudam a compreender esses processos, devendo, segundo julgamos, serem trazidos para os estudos sobre a urbanização das populações indígenas no Brasil. Seu potencial analítico precisa, nesse sentido, ser confrontado com outros estudos de caso para termos uma exata noção de sua aplicabilidade e de suas limitações analíticas. O presente estudo pretendeu se colocar como um primeiro esforço nessa direção.

Referências bibliográficas

ADU, Philip. **A step-by-step guide to qualitative data coding**. New York: Routledge, 2019.

ALEXIADES, M. N., PELUSO, D. M. Introduction: Indigenous Urbanization in Lowland South America. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, (20), p. 1-12, 2015.

AMIN, A; THRIFT, N. **Cities: Reimagining the Urban**. London: Polity, 2002.

ARRUTI, José M. Apresentação dossiê presença indígena no Rio de Janeiro: uma introdução. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 14-31, agosto 2019.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço apropriado. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013 [1991].

BRASIL, M., TEIXEIRA, P.; MAINBOURG, E. M. T. (2009). Migração do povo indígena Sataré-Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia. **Caderno CRH**, 22(57), p. 531-546, 2009.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Planetary Urbanization. In: Brenner, Neil. **Implosions / Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization**. Berlin: Jovis, 2015.

BRENNER, Neil. Theses on Urbanization. **Public Culture**, 25(1): 69, p. 85–114, 2013.

CALDEIRA, T.P.R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. In: **Novos Estudos**, 47, 1996

CAMPOS, M. B.; DE CAMPOS, T. B. Migração e mobilidade espacial em uma rede multilocal: o caso dos Pataxó na RMBH. **REDES** (Santa Cruz Do Sul, online), v. 27, p. 1-2, 2022.

CAMPOS, M. B, ESTANISLAU, B. R. Demografia dos povos indígenas: os Censos Demográficos como ponto de vista. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 33(2), p. 441-449, 2016. <https://doi.org/10.20947/S0102-30982016a0042>

CAMPOS, M. B., DAMASCENO, M. De quem estamos falando? Indígenas residentes no Rio de Janeiro segundo o Censo Demográfico de 2010. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, 16, p. 97-114, 2019.

CAMPOS, M. B.; CORDEIRO, B. B.; MATOS, O. I.; MACEDO, D. R. Indígenas em Belo Horizonte: o uso dos dados de setores censitários para estudos interurbanos. In SANTOS, R. V., GUIMARÃES, B. N., CAMPOS, M. B & AZEVEDO, M. M. A (Orgs.), **Entre Demografia e Antropologia: povos indígenas no Brasil** (23, p. 123-139). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2019.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

CARETTA, M. A. Member checking: A feminist participatory analysis of the use of preliminary results pamphlets in cross-cultural, cross-linguistic research. **Qualitative Research**, 16(3), p. 305-318, 2015.

CHARMAZ, Kathy. **Constructing grounded theory: A practical guide through qualitative analysis**. 2. ed. [S.l.]: SAGE, 2014.

Cho, J.; Trent, A. Validity in qualitative research revisited. **Qualitative research**, 6(3), p. 319-340, 2006.

CIELO, C.; DURÁN, N. A. Ciudad Sin Frontera. La Multilocalidad Urbano-Rural Em Bolívia. Eutopía. **Revista De Desarrollo Económico Territorial**, 3, p. 11-29, 2013.

CUNHA, Renata V. D. **Artesanato Pataxó: diversidade de materiais, práticas culturais em processo**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte. 2013. (Dissertação Mestrado).

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

DE CAMPOS, Thiago B. **Retomar a terra: como ser indígena na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte. 2019. (Dissertação Mestrado).

ESTANISLAU, Barbara Roberto. **A eterna volta: migração indígena e Pankararu no Brasil**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2014. (Dissertação Mestrado).

FERREIRA, V. C. **Índios na cidade: perfil sociodemográfico dos autodeclarados indígenas residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 2015.

FERRI, Patrícia. **Achados ou Perdidos: a imigração indígena em Boa Vista**. Goiânia: MLAL, 1990.

FORREST, R; MURIE, A. Differential accumulation: wealth, inheritance and housing policy reconsidered. In: **Policy and Politics**, 17 (1). 1989.

FREITAS, A. A. Bem-estar e estratificação social no Brasil contemporâneo. In: **Revista brasileira de sociologia**, 9(22). 2021.

HARVEY, D. **Social Justice and the City**. Oxford: Basil Blackwell, 1973.

HORTA, Amanda. Indígenas em Canarana: notas cidadinas sobre a criatividade parque-xinguana. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 216-241, 2017.

HUBERMAN, A. M.; MILES, M. B. Data management and analysis methods. In: DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. (Eds.), **Handbook of qualitative research** (pp. 428–444). Sage Publications, 1994.

IBGE. **Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

ISA. **Povos Indígenas do Brasil**. Brasília: Instituto Sócio Ambiental, 2011

KUTUTAI, T.; TAYLOR, J. **Indigenous data sovereignty: toward an agenda**. Canberra, Australian National University Press, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 17(49), Jun. 2002.

MCSWEENEY, K.; JOKISCH, B. D. Native Amazonian's Strategic Urbanization: Shaping Territorial Possibilities through Cities. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, 20(1), p. 13-33, 2015.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael; SALDAÑA, Johnny. **Qualitative data analysis: a methods sourcebook**. 3. ed. [S.l.]: SAGE, 2014.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense De Desenvolvimento**, Curitiba, p. 09-18, jul./dez. 2006.

NEVES, S. C. Produção, Circulação e Significados do Artesanato Pataxó no Contexto Turístico da aldeia Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabrália-BA. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, 9(3), p. 45-58, 2011.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan/jun 2010.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco D. Viagens de Ida, de Volta e Outras Viagens: Os Movimentos Migratórios e as Sociedades Indígenas. **Travessia**, São Paulo, v. 24, p. 5-9, 1996.

PADOCH, C.; BRONDIZIO, E.; COSTA, S.; PINEDO-VASQUEZ, M., SEARS, R. R.; SIQUEIRA, A. Urban forest and rural cities: multi-sited households, consumption patterns, and forest resources in Amazonia. **Ecology and Society** 13(2): 2. 2008.

PELUSO, D. M. Circulating between Rural and Urban Communities: Multisited Dwellings in Amazonian Frontiers. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, Vol. 20, No. 1, p. 57–79, 2015.

RIBEIRO, L. C. DE Q.; KOSLINSKI, M. C. Efeito metrópole e acesso às oportunidades. **Revista Eure**, v. XXXV, n. 106, p. 101–129, 2009.

SALDAÑA, Johnny. **The coding manual for qualitative researchers**. 2. ed. [S.l.]: SAGE, 2013.

SAMPAIO, José A. L. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 5, n. 6, p. 31-46, jul. 2000.

SANTOS, Ricardo Ventura; BORGES, Gabriel Mendes; CAMPOS, Marden Barbosa De; QUEIROZ, Bernardo Lanza; COIMBRA, Carlos E.A.; WELCH, James R. Indigenous children and adolescent mortality inequity in Brazil: What can we learn from the 2010 National Demographic Census? **SSM - Population Health**, v. 10, p. 100537, 2020.

SANTOS, Kevin Robert Dias. **O Crescimento Populacional de Aldeia Velha entre 1998 e 2010: Desafios para a Comunidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SAUNDERS, P. Beyond Housing Classes: the sociological significance of private property rights in means of consumption. In: **International Journal of Urban and Regional Research**, 8(2), 1984.

SERTÃ, Ana L. Following Seeds: circuits and paths of the Sateré-Mawé craftwork in urban Amazonia. **Bulletin of Latin American Research**, v. 41, n. 1, p. 85-101, Jan 2022.

SOJA, Edward W.; KANAI, J. Miguel. The Urbanization of the World In: Brenner, Neil. **Implosions / Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization**. Berlin: Jovis, 2015.

SOUZA, Leidiane da Silva. **Estatísticas e Narrativas: Olhares e sentimentos sobre a morte de pessoas jovens da população indígena da aldeia pataxó coroa vermelha**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SPILERMAN, S. Wealth and Stratification Processes. In: **Annual Review of Sociology**, 26. 2000.

TESCH, R. **Qualitative research: Analysis types and software tools**. New York: Falmer Press, 1990.

TRUJANO, C. Y. A. **Indigenous routes: a framework for understanding indigenous migration**. Geneva: International: Organization for Migration, 2008.

UN HABITAT. **Urban indigenous peoples and migration: a review of policies, programmes and practices**. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2010.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WONG, L. L. R. Tendências da fecundidade dos povos indígenas nos Censos Demográficos brasileiros de 1991 a 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 33, p. 399-421, 2016.

Recebido em: 15/03/2023 * Aprovado em: 17/04/2023 * Publicado em: 30/04/2023
